

**“O ambiente que o homem organiza”: significados de um título na 1ª
Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo (1973)**
*“El ambiente que el hombre organiza”: significados de un título en la 1.ª
Bienal Internacional de Arquitectura de São Paulo (1973)*

E6-05 – Arquivo urbano-natureza: imagens e práticas de futuridade

Isabel Bairão Sanchez

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design, Universidade de São Paulo, Brasil
isabelbsanchez@gmail.com

Resumo: Este artigo discute os significados do termo “ambiente” no contexto da 1ª Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo (BIA), de 1973, cujo título foi *O ambiente que o homem organiza*. Argumentamos que o uso do termo é carregado, naquele contexto, de ambivalências entre ideias de ecologia, projeto e progresso. A recepção da BIA em reportagens de jornais estabelecia uma equivalência entre “ambiente” e “meio-ambiente”, atribuindo ao evento de arquitetura a preocupação com o debate ecológico, vinculado à agenda global da ONU. No entanto, os documentos sobre a organização da BIA levantam questões sobre os significados de “ambiente” para os diferentes agentes responsáveis por sua organização, que apontam para uma questão conceitual que tensiona não apenas a elaboração desses eventos, mas a cultura disciplinar da arquitetura em São Paulo como um todo. O “ambiente” e o “ambiental” surgem como ideias centrais no ensino, na prática projetual e nas formas de publicização da arquitetura como tentativa de resposta às complexidades que a urbanização e a industrialização aceleradas traziam para as práticas espaciais na pós-modernidade, estabelecendo condicionantes que desafiavam as lógicas da produção arquitetônica enquanto produção artística. O que as oscilações e ambivalências do “ambiente” da BIA nos permitem localizar é que a atenção à questão ecológica e a crise do objeto artístico são faces de uma mesma transformação que permeia a atividade profissional e as disputas políticas, sendo particularmente condensadas nas disputas em torno da criação e reiteração de uma megaexposição dedicada à arquitetura no aparato da Fundação Bienal de São Paulo.

Palavras-chave: história da arquitetura; história das exposições; bienais de arquitetura; cultura visual

Resumen: Este artículo analiza los significados del término “ambiente” en el contexto de la 1.ª Bienal Internacional de Arquitectura de São Paulo (BIA), celebrada en 1973, cuyo título fue “El ambiente que el hombre organiza”. Argumentamos que el uso del término está cargado, en ese contexto, de ambivalencias entre las ideas de ecología, proyecto y progreso. La recepción de la BIA en los reportajes periodísticos establecía una equivalencia entre “ambiente” y “medio ambiente”, atribuyendo al evento de arquitectura la preocupación por el debate ecológico, vinculado a la agenda global de la ONU. Sin embargo, los documentos sobre la organización de la BIA plantean cuestiones sobre los significados de ambiente para los diferentes agentes responsables de su organización, que apuntan a una cuestión conceptual que tensiona no solo la elaboración de estos eventos, sino la cultura disciplinaria de la arquitectura en São Paulo en su conjunto. El “ambiente” y lo “ambiental” surgen como ideas centrales en la enseñanza, la práctica del diseño y las formas de publicidad de la arquitectura como un intento de respuesta a las complejidades que la urbanización y la industrialización aceleradas traían a las prácticas espaciales en la posmodernidad, estableciendo condiciones que desafiaban las lógicas de la producción arquitectónica como producción artística. Lo que las oscilaciones y ambivalencias del “ambiente” de la BIA nos permiten localizar es que la atención a la cuestión ecológica y la crisis del objeto artístico constituyen una misma transformación que impregna la actividad profesional y las disputas políticas, especialmente condensadas en las disputas en torno a la creación y reiteración de una megaexposición dedicada a la arquitectura en el aparato de la Fundación Bienal de São Paulo.

Palabras-clave: historia de la arquitectura; historia de las exposiciones; bienales de arquitectura; cultura visual

Introdução

Em 1973 foi realizada a primeira edição da Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo (BIA). A disciplina de arquitetura já fazia parte das edições da Bienal de Arte de São Paulo desde 1951, como uma sessão denominada Exposição Internacional de Arquitetura (EIA), mas o deslocamento dos enunciados da arquitetura para uma exposição separada da Bienal de Arte foi anunciado pela Fundação Bienal de São Paulo e pelo Instituto de Arquitetos do Brasil como iniciativa associada à autonomia disciplinar, a condições de maturidade e independência do campo.

O título da mostra de 1973, que estabelecia uma ênfase temática, ou o que hoje chamaríamos de perspectiva curatorial, era *O ambiente que o homem organiza*. Nesse trabalho, propomos a discussão sobre os significados do termo “ambiente” para a primeira tentativa brasileira de realização de uma megaexposição sobre arquitetura, argumentando que o uso do termo é carregado, naquele contexto, de ambivalências entre ideias de ecologia, projeto e progresso, perpetuadas e complexificadas na contemporaneidade.

É possível perceber, a partir de documentação sobre a BIA de 1973, que conviviam ali diferentes entendimentos de “ambiente”, um termo mobilizado, no Brasil dos anos 1970, em muitos sentidos. Para a crítica de arte, “ambiente” ou “arte ambiental” era sinônimo do que hoje chamamos de “instalação”, obras associadas à ideia de arte conceitual, que naquele momento ainda passava por dinâmicas de disputa e legitimação, dentro e fora do contexto da Fundação Bienal de São Paulo¹. Para abordagens situadas na engenharia, ou na tecnologia da arquitetura, o termo “conforto ambiental” passa a englobar, naquele período, questões de acústica, iluminação, equilíbrio térmico, eficiência energética e bem-estar. No caso específico da BIA, sua recepção em reportagens de jornais estabelecia, sobretudo, uma equivalência entre “ambiente” e “meio-ambiente”, atribuindo ao evento de arquitetura a preocupação com o debate ecológico. Nosso trabalho explora os caminhos através dos quais as diferentes acepções de “ambiente” constituem discursos na 1ª BIA de São Paulo, entendendo essa como uma questão importante para pensar a cultura disciplinar da arquitetura no contexto dos anos 1970, quando a crise do Movimento Moderno frente a desafios contemporâneos das práticas espaciais suscitava a conformação de novos arcabouços teóricos.

O ambiente da ONU

Passada uma década da publicação da obra seminal do ambientalismo, o livro *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, de 1962, a 1ª Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo acontecia praticamente um ano depois da elaboração da *Declaração sobre o Ambiente Humano*, mais conhecida como *Declaração de Estocolmo*, produzida na conferência das Nações Unidas em 1972, o documento conhecido como aquele que marcou o início da ideia de governança ambiental global. Grande parte da recepção da BIA de 1973 na imprensa relacionava o título do evento, *O ambiente que o homem*

¹ Cf. Whitelegg, 2022.

organiza, à perspectiva ecológica construída naqueles anos no cenário internacional. Manchetes em diversos jornais diziam: “A I Bienal pelo meio ambiente”, “Bienal reclama a preservação do meio ambiente”, “Meio ambiente, tema na Bienal de Arquitetura”; “Bienal de Arquitetura vai iniciar debates sobre poluição do meio ambiente” e “O problema do meio ambiente no Brasil”².

A maioria das reportagens que atribuíam à BIA uma preocupação de caráter ecológico situava no centro da notícia o “Seminário sobre controle ambiental”, um evento que fazia parte da programação geral da bienal e que contou com patrocínio da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Mundial da Saúde (OMS). O seminário tinha em sua Comissão Organizadora apenas um arquiteto, Ubaldo Carpigiani, e profissionais de diversas disciplinas, como a biologia, a engenharia ambiental, engenharia sanitária e saúde pública, ligados a instituições brasileiras estaduais e federais dos setores de saúde e obras públicas. O patrocínio do evento pelas instituições internacionais o situa dentro dos planos mais abrangentes da ONU que, desde 1970, conduzia o programa multisetorial intitulado *Man and his environment*³, ou *O homem e seu ambiente*, de relação evidente com o título que se optou por dar à Bienal de Arquitetura.

Em 1970 uma edição da revista quadrimestral da UNESCO, a *International Social Science Journal*, foi dedicada à transcrição de conferências, relatórios e recomendações ligados ao programa *Man and his environment*, oferecendo, portanto, um panorama do que significava para aquelas instituições internacionais o debate denominado “ambiental”. A publicação está dividida entre três seções principais, denominadas *sociological contributions*, *ecological contributions* e *architectural contributions*, o que colocava em evidência a centralidade da arquitetura para essas perspectivas. Os dois ensaios da seção de arquitetura se ocupam, respectivamente, dos temas de urbanização acelerada (com ênfase em favelas e centros urbanos degradados em países em desenvolvimento) e de parâmetros de conforto térmico e psicológico em edificações e seus *entornos*. É notável que entre as contribuições da revista convivam abordagens divergentes sobre temas chave, sendo o exemplo mais claro o da industrialização. O artigo da seção de ecologia intitulado *Ecology and the escalation of human impact* estabelece que “paralelamente à destruição do ecossistema natural, a industrialização e a urbanização acarretaram vastas perturbações, que se incluem sob a rubrica geral de poluição” (Dansereau, 1970, p. 642) e, junto com outros textos do volume, aponta a necessidade de transformações nos sistemas industriais vigentes. De outra parte, o primeiro ensaio da seção de arquitetura, *Towards a planned urban environment*, caracteriza a industrialização nos seguintes termos:

A industrialização tem incidências sobre os valores humanos, a evolução cultural e o comportamento. O progresso técnico gera uma prosperidade,

² As referências das manchetes citadas são, por ordem de menção: O Estado de São Paulo, edição de 17 de junho de 1973; O Estado de São Paulo, edição de 01 de julho de 1973; Diário de São Paulo, edição de 29 de abril de 1973; Jornal do Brasil, edição de 24 de junho de 1973; Última Hora, edição de 01 de julho de 1973.

³ Cf. UNESCO, 1970; Id. 1979.

geradora, por sua vez, de novas mudanças. Nos países em desenvolvimento, as mudanças geralmente se operam numa cadência que corresponde à do progresso industrial e técnico. Os valores culturais e históricos deverão modificar-se e adaptar-se às novas condições; não poderiam perpetuar-se como se encontram. A tecnologia tem suas próprias regras e nenhum domínio lhe escapa. Se os valores culturais e históricos entrarem em conflito com as exigências tecnológicas, terão de evoluir (Lim, 1970, p. 675).

Não se trata de perspectivas mutuamente excludentes, e nenhum autor da publicação oferecia opiniões radicais sobre, por exemplo, a desaceleração de extrativismos ou processos poluidores. Era o tempo de afirmações como “durante a reunião da American Association for the Advancement of Science foi sugerida a ideia de que a reciclagem poderia sustar a degradação ambiental” (Kade, 1970, p. 569). Mas o trecho da seção de arquitetura aponta para o tom estabelecido no ensaio como um todo, em que o progresso e o planejamento são apresentados como valores intrínsecos, aos quais os países “em desenvolvimento” almejam, enquanto as contribuições vindas da ecologia abrem espaço para ponderações diversas sobre os processos e efeitos da industrialização.

Citamos o conteúdo da revista da UNESCO, que inclusive teve sua tradução para o português adquirida pela biblioteca da FAU-USP em 1975, entendendo que as mesmas divergências encontradas ali se estendem para o desenvolvimento da programação da Bienal Internacional de Arquitetura em 1973. Por um lado, profissionais dedicados aos temas da ecologia – ao estudo da poluição e do uso desenfreado de recursos naturais – ocupam espaços pontuais: é o caso dos profissionais ligados ao Seminário sobre controle ambiental, além do paisagista Roberto Burle Marx, tema de uma das Salas Especiais da exposição, e do biólogo Augusto Ruschi, homenageado da BIA e convidado a proferir a conferência de encerramento da mostra. No entanto, a maior parte dos projetos expostos sob o título de *O ambiente que o homem organiza* é de projetos de infraestrutura territorial e desenvolvimento industrial, essencialmente uma visão atualizada sobre os empreendimentos de diversas agências municipais, estaduais e federais brasileiras, como confirma o discurso oficial da organização da BIA sobre seu tema:

“O ambiente que o homem organiza será um dos temas de destaque na Bienal de Arquitetura, de 8 a 30 de junho, no Pavilhão da Bienal, Parque do Ibirapuera, São Paulo. Seu objetivo é complementar a temática da exposição, permitindo uma visão do fator projeto/produção, de forma que as unidades produtivas, atendendo ao desenvolvimento econômico, favoreçam também as condições de vida da coletividade”.

“O sentido de dirigir a exposição para a problemática da ocupação territorial, segundo o presidente do Conselho Diretor da Bienal de Arquitetura, Oswaldo Corrêa Gonçalves, será confirmado com a mostra dos grandes projetos nacionais de arquitetura e urbanização. A Prefeitura de São Paulo, por exemplo, participará através da Emurb e Cogep com a mostra de projetos de vias expressas, lei de zoneamento e reurbanização de Santana, além dos projetos do metrô paulistano” (IAB-SP, 1972).

A declaração da organização da BIA sobre a escolha de tema requer esclarecimentos quanto ao vocabulário específico utilizado pelo Conselho Diretor do evento. Quando inaugurado em junho de 1973, o espaço da BIA era dividido entre quatro sessões: Salas Especiais; Mostra de Unidades Produtivas e Serviços; Exposição Internacional de Escolas de Arquitetura; Exposição Internacional de Projetos. Os termos “unidades produtivas” e de “serviços” são distinções conceituais associados a dois tipos de atividades de interesse da arquitetura e de impacto ambiental, nomeadamente o projeto e a produção. Associados ao conceito de projeto estariam “planos e projetos elaborados por profissionais abrangendo a paisagem, a cidade, o edifício, o objeto e a comunicação” (FBSP; IAB; BNH, 1973a, p. 18), o que corresponderia aos setores da BIA dedicados à Exposição Internacional de Projetos e a Exposição Internacional de Escolas de Arquitetura. Esses grupos concorriam a prêmios distribuídos por um júri internacional. De outra parte, a ideia de produção englobava as ditas “unidades produtivas”, essencialmente várias categorias de indústrias que “têm destacada influência no meio-ambiente”, e os “serviços”, entendidos como órgãos de governo, autarquias, empresas estatais e privadas voltados para o atendimento urbano e rural.

É evidente uma distinção realizada entre a Exposição Internacional de Projetos, que seria objeto de pareceres do júri de premiação, e o setor de Unidades Produtivas e Serviços. Essa distinção estabelecia uma hierarquia associada ao valor artístico atribuído à atividade profissional, mas, diferente da Bienal de Arte de São Paulo, não se considerou viável lucrar com vendas de obras expostas (no caso, pranchas de desenhos técnicos e maquetes). Por outro lado, a participação de empresas e órgãos públicos, que teoricamente integrava o debate sobre a questão ambiental, foi sedimentada como estratégia financeira, com o aluguel de espaços expositivos. A incorporação de indústrias e empresas ligadas a implantação de infraestruturas no território nacional adquiriu uma dimensão preponderante no resultado do evento e, sendo uma exposição dessas entidades sobre si mesmas, condicionou os debates em alguns sentidos.

Como vimos, as interpretações heterogêneas da organização da BIA sobre o “ambiente” de seu título não podem ser consideradas em total desarranjo com um cenário internacional povoado por discursos científicos e políticos ambivalentes. Para mais, apesar da evidente relação entre o programa da ONU e o título da Bienal de Arquitetura, é preciso ponderar a centralidade que tanto o seminário sobre controle ambiental quanto o tema *O ambiente que o homem organiza* tiveram no desenvolvimento da mostra. Como exemplo contundente, temos o parecer do júri que atribuiu prêmios aos concorrentes da Exposição Internacional de Projetos, essa sim considerada a parte principal da programação da BIA: na ocasião, o júri questionou a falta de relação entre os projetos inscritos na competição e o tema da mostra, recomendando que o valor do prêmio principal não fosse atribuído a nenhum projeto e “disponibilizado a uma universidade ou a um grupo de pesquisadores brasileiros, com a missão de preparar, para o próximo evento, um estudo sobre o tema escolhido para a Bienal de 1973: ‘o ambiente que o homem organiza’ tema que poderá ser mantido, esclarecido e desenvolvido no futuro” (FBSP; IAB; BNH, 1973b). Do ponto de vista da comunicação do evento com o público,

os dois principais produtos gráficos da BIA, o cartaz e o catálogo desenhados por Ricardo Ohtake e Dalton de Luca (**Figuras 01 e 02**), estabeleciam hierarquias entre informações, a partir das quais se infere que o título ou tema da exposição era um dado de menor importância em relação ao acontecimento de uma exposição do tipo bienal dedicada exclusivamente à arquitetura sendo realizada no espaço da Fundação Bienal de São Paulo. O catálogo nem sequer menciona o título em suas páginas iniciais. A única página da publicação onde se lê o título *O ambiente que o homem organiza* é aquela que apresenta a exposição de homenagem ao biólogo Augusto Ruschi (**Figura 03**), em meio a outros trechos de textos que, como será exposto a seguir, ampliam nosso entendimento sobre o “ambiente” daquela Bienal de Arquitetura.



Figura 01 e Figura 02: cartaz (à esq.) e capa do catálogo (à dir.) da 1ª Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo. Fonte: IAB-SP, 1973. Disponível em: <https://iabsp.org.br/bienal>

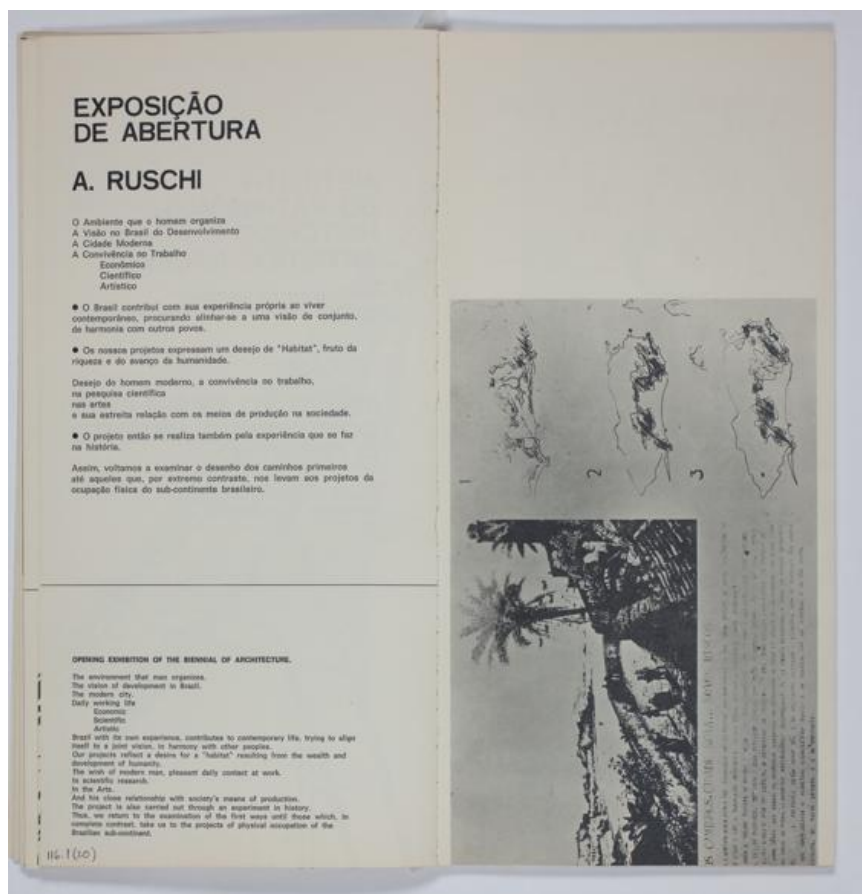


Figura 03: página do catálogo da 1ª BIA que menciona o título *O ambiente que o homem organiza*. Fonte: FBSP; IAB; BNH. Biental dearquitetura (catálogo). São Paulo: FBSP, 1973, p. 20.

Vestígios de um projeto expositivo

Em 1970 o professor da FAU-USP Flavio Motta – então chefe do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto – desenvolveu um projeto de exposição para o Pavilhão do Brasil na Exposição Internacional de Osaka, na equipe vencedora do concurso, coordenada pelo arquiteto Paulo Mendes da Rocha. Os outros membros da equipe eram Julio Katinsky, Ruy Othake, Jorge Caron, Marcello Nitsche e Carmela Gross. Quando a equipe coordenada por Mendes da Rocha foi contratada pelo governo brasileiro para o desenvolvimento do projeto vencedor, constava em seu escopo de trabalho a apresentação de uma proposta de exposição e o programa das atividades culturais que seriam apresentadas no pavilhão. A proposta escrita por Flavio Motta para o conteúdo da exposição era organizada em torno de temas afins ao campo da arquitetura (as novas cidades, o processo de urbanização, a ocupação do território, o desenvolvimento científico, a indústria, o trabalho), partindo, segundo análise de Juliana Braga Costa (2010, p. 94), de uma matriz de pensamento comum ao projeto do edifício.

O projeto arquitetônico de Mendes da Rocha foi selecionado e construído em Osaka, enquanto o plano de exposição concebido por Flavio Motta, como parte da mesma

proposta, foi recusado pelo Itamaraty, que contratou uma empresa para montar outra exposição. Nesse sentido, é notável, conforme aponta Victor Próspero (2024, p. 266), a diferença de entendimento, pelo regime militar, dos significados transmitidos por um projeto edificado e um projeto expositivo, em que pese também uma avaliação sobre o posicionamento de cada autor na participação política direta e na circulação de ideias, produção acadêmica e cultural. Em depoimento de 2004, Paulo Mendes da Rocha associou a intervenção aos intuítos do governo militar de reafirmar certos estereótipos do país: “Eles praticamente interditaram o Pavilhão (...), mandaram contratar uma empresa para fazer uma exposiçãozinha mambembe como sempre se fez, de berimbau, rede e tendas de índios, essas coisas” (Rocha, 2004).

O aspecto mais importante para nossa reflexão sobre os eventos de Osaka é uma presença “intrusa” do projeto expositivo de Flavio Motta no catálogo da BIA de 1973. Para Osaka, Flavio Motta havia elaborado, em 1970, um documento de trinta e sete folhas tamanho A2, com textos e desenhos feitos à mão, que se referiam em muitos casos a obras de arte existentes em coleções brasileiras, como um modelo das pranchas a serem produzidas para a exposição do pavilhão. Para a versão definitiva do documento, apresentada ao governo brasileiro, os artistas Carmela Gross e Marcelo Nitsche percorreram os museus e as instituições e fotografaram as obras que Flavio Motta havia desenhado, que foram utilizadas na composição de negativos fotográficos. A prancha dezoito tem um desenho de Motta, representando o busto de uma pessoa com adornos na cabeça, no colo e no braço, e os nomes Debret, Rugendas e Frans Post escritos na lateral (**Figura 04**). A prancha correspondente produzida por Nitsche e Gross mostra a cópia de um desenho de uma mulher indígena e, por não haver delimitação do quadro fotográfico na prancha, a cópia deve ter sido obtida de uma publicação, ao invés de fotografada no original (**Figura 05**). A mesma imagem foi reproduzida em uma página do catálogo da BIA de 1973, sem nenhuma legenda ou explicação de sua presença, entre a descrição das exposições dedicadas ao biólogo Augusto Ruschi e ao arquiteto especializado em acústica Igor Sresnewsky, e acima de uma reprodução da pintura *A Negra* (1923) de Tarsila do Amaral (**Figura 06**).

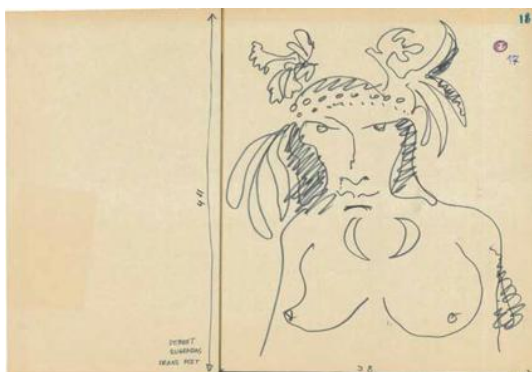


Figura 04 e Figura 05: prancha dezoito, com desenho e anotações de Flavio Motta (à esq.) e prancha dezoito correspondente, produzida por Nitsche e Gross. Fonte: COSTA, 2010.

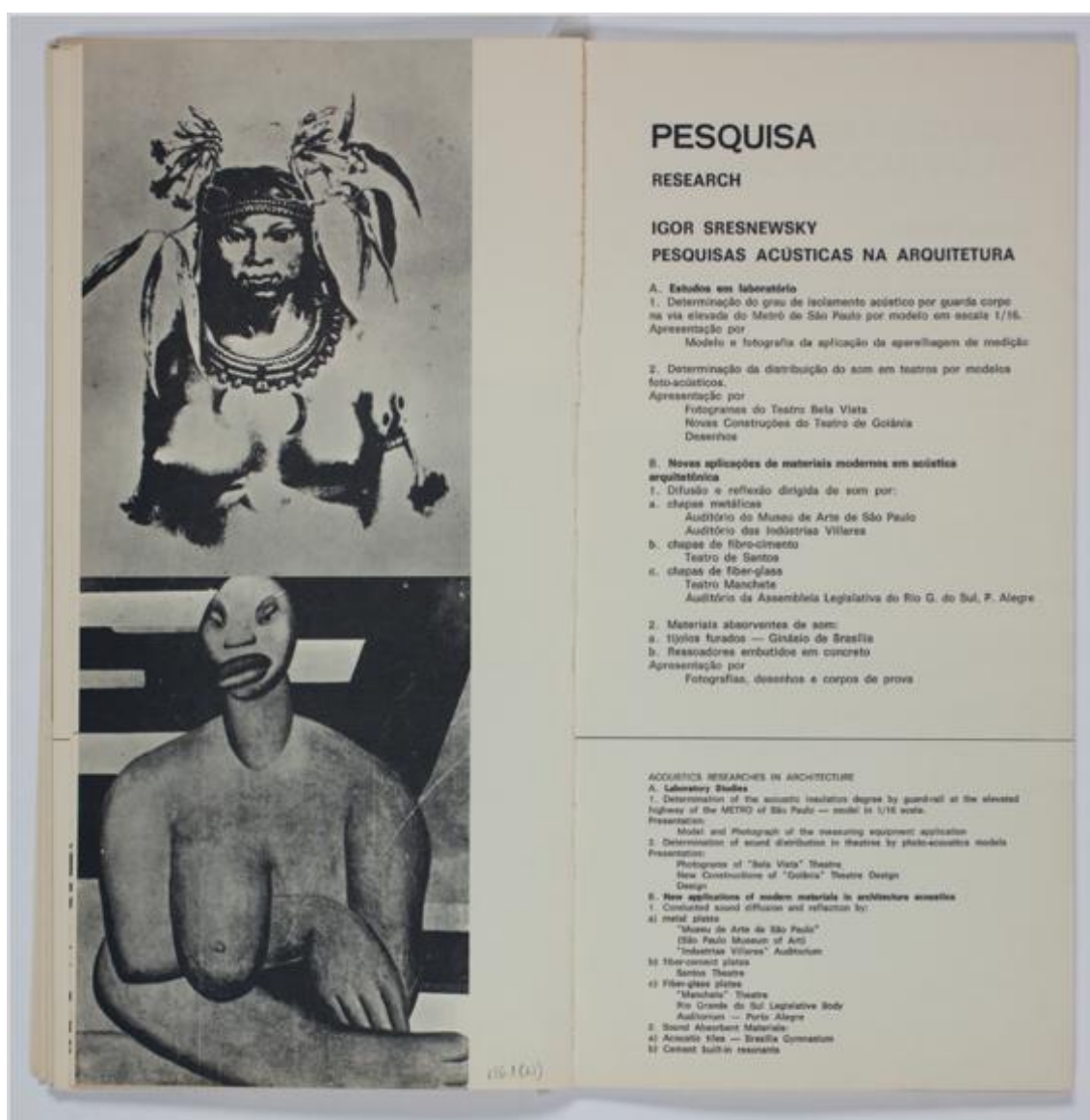


Figura 06: imagem da prancha para a exposição em Osaka (1970) no catálogo da I BIA (1973). Fonte: FBSP; IAB; BNH. Bial de arquitetura (catálogo). São Paulo: FBSP, 1973, p. 21.

No projeto expositivo para Osaka, as imagens referentes aos povos indígenas do Brasil compunham uma narrativa sobre o encontro com povos europeus, a partir de modos diferentes de ocupar o território, e também como uma força de trabalho, ao lado de negros escravizados, imigrantes europeus e asiáticos. Ao confrontar a posição da mulher indígena no catálogo da BIA, observamos que a já mencionada página dedicada a exposição de abertura sobre Augusto Ruschi (**Figura 03**) possui trechos de texto dos painéis que compõem o documento *Plano básico para os trabalhos complementares do Pavilhão do Brasil*⁴, elaborados por Flavio Motta para Osaka (**Figuras 07, 08 e 09**). Ambos os documentos têm inícios muito semelhantes, com a diferença de que o título *Projeto da cidade*, de Flavio Motta, é substituído, no catálogo, pelo título da própria BIA: *O ambiente que o homem organiza*. Localizando essas correspondências, identificamos que o projeto temático pensando para a BIA de 1973 foi elaborado a partir de um reaproveitamento do material produzido para Osaka, mas nunca exibido.

Não havendo nenhuma menção a Flavio Motta nos créditos de participação da BIA, os participantes comuns às equipes de Osaka e da Bienal eram Paulo Mendes da Rocha, creditado como responsável pelo projeto da exposição em 1973, e Julio Katinsky, membro do Conselho Diretor da BIA e ativamente envolvido na elaboração do evento. Os “vestígios” do projeto expositivo de Motta no catálogo da BIA associam o “ambiente” do título do evento de 1973 a esse grupo de professores da FAU-USP e, portanto, ao entendimento do termo nessa comunidade de sentido.

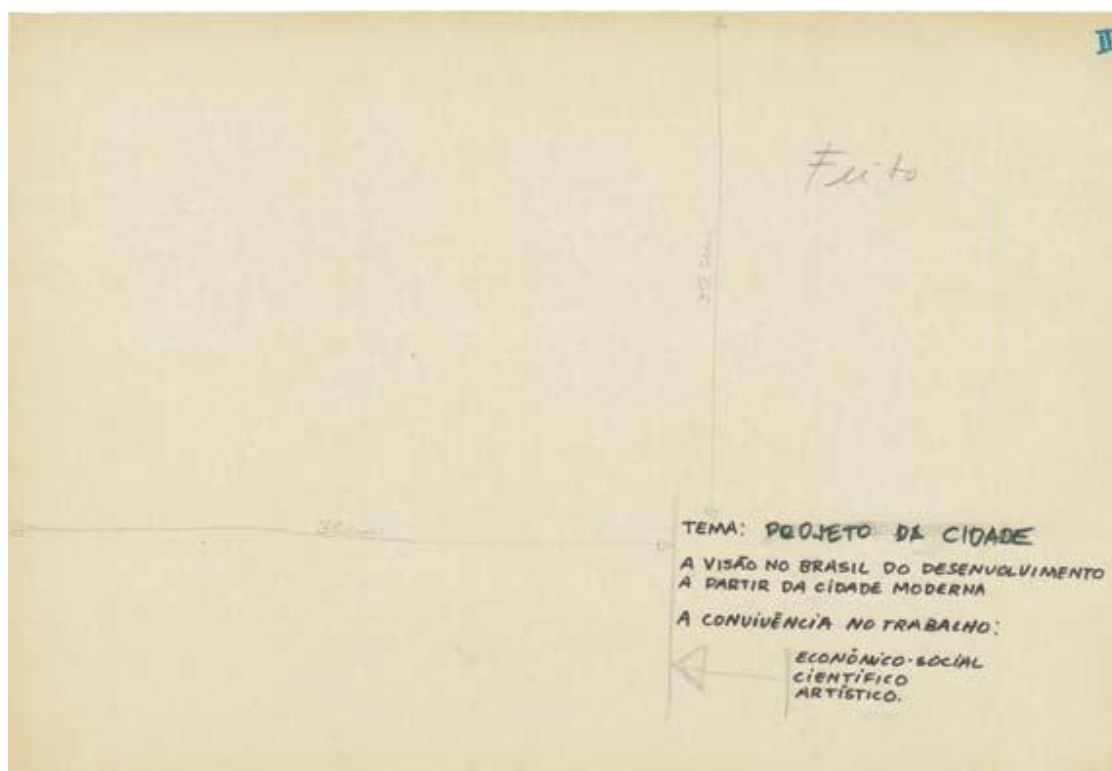


Figura 07: prancha dois do documento “Plano básico para os trabalhos complementares do Pavilhão do Brasil”.
Fonte: COSTA, 2010.

⁴ As informações sobre esse documento foram obtidas a partir da dissertação de Juliana Braga Costa (2010).

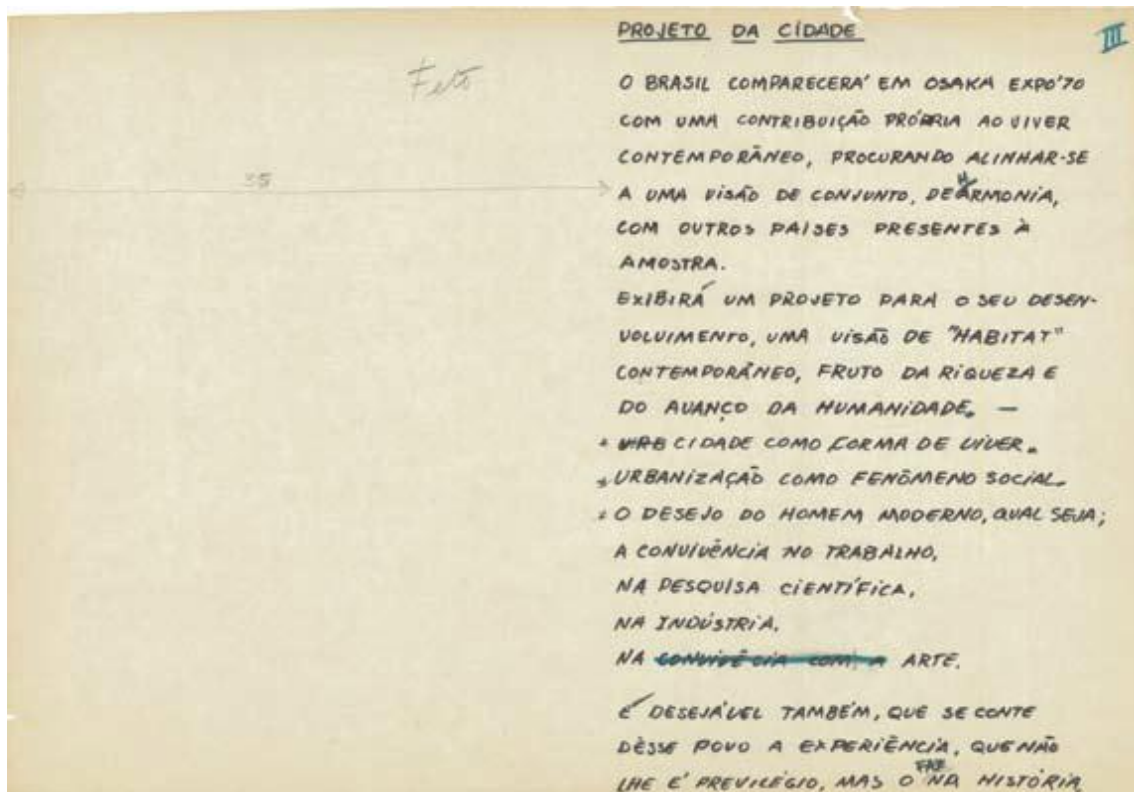


Figura 08: prancha três do documento “Plano básico para os trabalhos complementares do Pavilhão do Brasil”.
Fonte: COSTA, 2010.

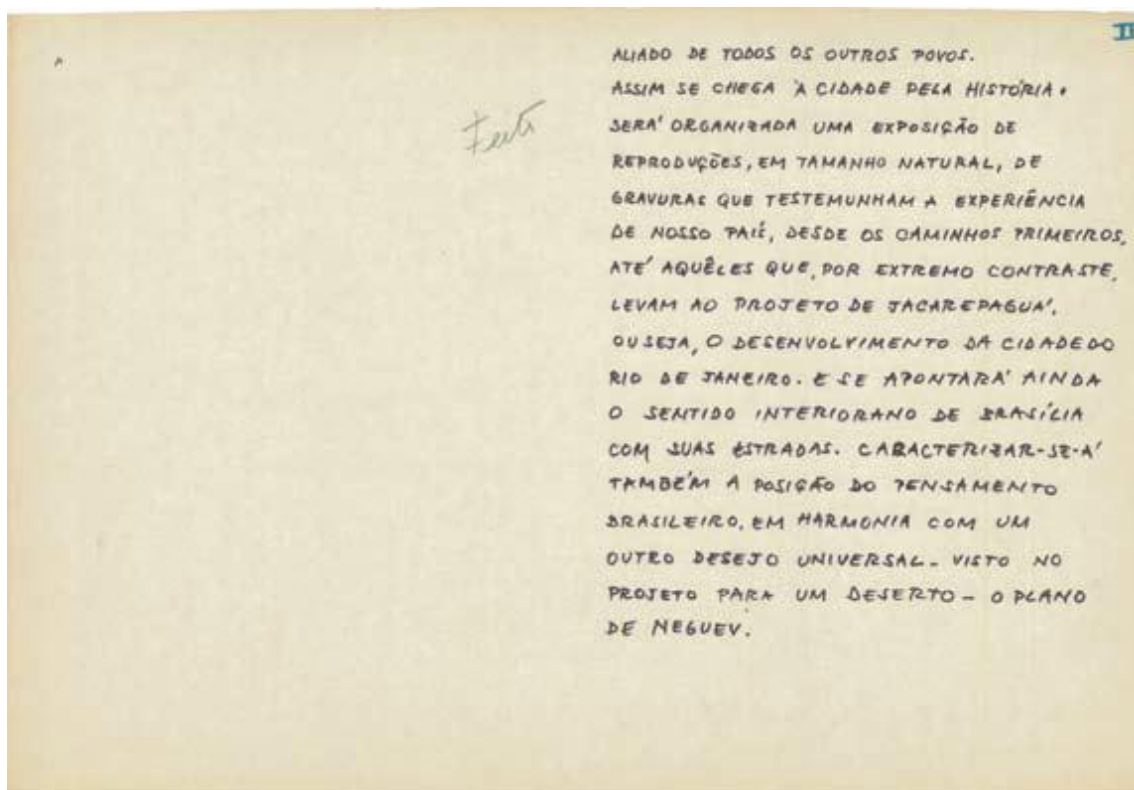


Figura 09: prancha quatro do documento “Plano básico para os trabalhos complementares do Pavilhão do Brasil”.
Fonte: COSTA, 2010.

O ambiente da FAU-USP

Em uma entrevista de 2024, o professor da FAU-USP Guilherme Wisnik cita a definição de “ambiente” que o historiador da arte Giulio Carlo Argan desenvolve em seu ensaio *Urbanismo, espaço e ambiente*, de 1969, como um conceito influente na FAU-USP dos anos 1970 e associado à criação do primeiro programa de pós-graduação da instituição, em 1972, que receberia o nome de “Estruturas Ambientais Urbanas” (Wisnik, no prelo). À medida em que nos propusemos a verificar essa relação, se torna claro que outras referências compõem, naquele contexto, tanto o conceito de ambiente quanto as diretrizes de criação das Estruturas Ambientais Urbanas, que no início da década de 1970 são referidas como apenas um curso dentro de um programa de pós-graduação mais amplo⁵, para depois se tornarem sinônimo do programa como um todo. A pesquisa recente de João Fiammenghi⁶ delinea a procedência do termo “ambiente” em disciplinas de projeto da FAU-USP que passam a aderir a ideias do campo do desenho industrial em torno do termo “ambiente”, abordagens que permitiam uma aproximação entre arquitetura e urbanismo e o enfrentamento de problemas complexos de projeto. Encontramos uma raiz comum aos dois caminhos – Argan e os autores ligados ao desenho industrial – na obra de Christopher Alexander, notadamente seu livro *La estrutura del medio ambiente*.

Olhando para esse arcabouço intelectual nos interessa especialmente compreender o quanto as noções de ambiente são mobilizadas para lidar com uma revisão do status artístico da produção da arquitetura, a necessidade de novas categorias para o campo que dialoguem com a complexidade do espaço construído na pós-modernidade. Entendemos que esse é um ponto de inflexão central na cultura disciplinar dos anos 1970, para os quais o estudo das duas primeiras BIA pode contribuir significativamente, uma vez que ali temos uma iniciativa de expor arquitetura de modo abrangente e a partir da estrutura até então dedicada a bienais de artes visuais, colocando necessariamente em primeiro plano as tensões relativas ao entendimento do campo enquanto participante das Artes Maiores.

O texto de Argan, mais conhecido por sua reprodução no livro “História da arte como história da cidade”, de 1984, estabelece uma oposição entre “ambiente” e “espaço” enquanto conceitos norteadores da ideia de projeto na arquitetura, no urbanismo e na arte (campos que, para Argan, estão também sujeitos a novas definições e sobreposições):

⁵ Aqui me refiro à documentação consultada sobre as reuniões da Congregação da FAU-USP entre 1970 e 1975, anos em que o programa de pós-graduação é referido principalmente no sentido das ações de orientação e defesa de teses de doutoramento, com apenas uma menção às Estruturas Ambientais Urbanas no seguinte comentário em ata de 21 de setembro de 1972, quando da necessidade de eleição de uma nova Comissão de Pós-graduação: “Com a palavra a presidência declara, que na qualidade de Diretor da Faculdade [Nestor Goulart Reis Filho] faz questão de que fique consignado em ata pelo excepcional trabalho elaborado pela Comissão na organização do curso ‘Estruturas Ambientais Urbanas’, lembrando o professor Juarez Rubens Brandão Lopes que o mérito do trabalho se deveu a dedicação do professor Hélio de Queiroz Duarte” (Congregação, 1972).

⁶ João Fiammenghi é doutorando na FAU-USP e apresentou, na ocasião deste IV Congresso Iberoamericano de História Urbana, a comunicação intitulada “Sentidos do ambiente: design, cidade e novos paradigmas disciplinares nas décadas de 1960 e 1970” com esse interesse em comum ao de nossa pesquisa e contribuições importantes ao nosso entendimento das origens e usos do termo “ambiente”.

Em que, propriamente, o ambiente urbano difere do que estávamos acostumados a chamar de espaço urbano? Antes de tudo, no fato de que o espaço é projetável (aliás, a rigor, é sempre o produto de um projeto), enquanto o ambiente pode ser condicionado, mas não estruturado ou projetado (Argan, 1984 [1969], p. 216).

Aqui, o conceito de ambiente passa, portanto, pela admissão da impossibilidade de projetar a cidade a partir do zero, conforme o queriam as utopias modernas, e a impossibilidade de encontrar limites entre a cidade e a natureza, pois naquele momento Argan constatava que as cidades estendiam-se “em desesperadores labirintos de cimentos, desfiavam-se nas sórdidas periferias de barracos e, para lá da cidade, ainda é cidade, a cidade das autoestradas e dos distribuidores automáticos, dos campos cultivados industrialmente” (Ibid., p. 222). Para o historiador italiano, o papel das artes plásticas diante dessas transformações deveria ter sido o de transformar-se em urbanismo, no sentido de assumir a missão de um serviço social, em que a ideia de criação genial já não faria sentido. Seria possível pensar, assim, a separação entre Bienal de Arte e Bienal de Arquitetura em São Paulo como uma aposta, ao menos no plano teórico, na ênfase dessas produções - tão variadas quanto são os projetos de edificações, urbanismo, paisagismo, desenho industrial, comunicação visual e conforto ambiental - enquanto serviços sociais, a partir dessa noção tão situada de ambiente?

Conclusão

Esse artigo inicia um mapeamento importante para nossa pesquisa mais abrangente sobre as duas primeiras edições da BIA de São Paulo. Os diversos entendimentos sobre o termo “ambiente” que compõem o título escolhido para a mostra de 1973 apontam para uma questão conceitual que tensiona não apenas a elaboração desses eventos, mas a cultura disciplinar da arquitetura em São Paulo como um todo. O “ambiente” e o “ambiental” surgem como ideias centrais no ensino, na prática projetual e nas formas de publicização da arquitetura como tentativa de resposta às complexidades que a urbanização e a industrialização aceleradas traziam para as práticas espaciais na pós-modernidade, estabelecendo condicionantes que desafiavam as lógicas da produção arquitetônica enquanto produção artística. O que as oscilações e ambivalências do “ambiente” da BIA nos permitem localizar é que a atenção à questão ecológica e a crise do objeto artístico são faces de uma mesma transformação que permeia a atividade profissional e as disputas políticas, sendo particularmente condensadas nas disputas em torno da criação e reiteração de uma megaexposição dedicada à arquitetura no aparato da Fundação Bienal de São Paulo.

Referências

- ALEXANDER, Christopher. **La estrutura del medio ambiente**. Barcelona: Tusquets, 1971.
- ARGAN, Giulio Carlo. Urbanismo, espaço e ambiente. In: **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005 [1984]. pp. 211-224.
- ARGAN, Giulio Carlo. Urbanistica Spazio e ambiente. **Futuribili**, n. 9-10, abril-maio 1969.
- CONGREGAÇÃO. **Ata de reunião da Congregação da FAU-USP de 21 de setembro de 1972**. Fonte: arquivo da Divisão Acadêmica da FAU-USP, caderno de atas dos anos 1970 a 1975, folha número 66.
- COSTA, Juliana Braga. **Ver não é só ver: dois estudos a partir de Flavio Motta**. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- DANSEREAU, Pierre. Ecology and the escalation of human impact. **International Social Science Journal**. Paris, v. 22, n. 4, pp. 628-647, 1970. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000002551>>. Acesso em 30 de janeiro de 2026.
- FBSP; IAB; BNH. **Bienal de arquitetura (catálogo)**. São Paulo: FBSP, 1973a.
- FBSP; IAB; BNH. **Parecer do júri de premiação**. 14 de julho de 1973. Fonte: Arquivo Wanda Svevo, código de localização 01-04976, código de referência BSP.02.002.05234, 1973b.
- IAB-SP. Os grandes projetos nacionais na Bienal de Arquitetura. **Jornal Arquiteto**. São Paulo, n.5, nov. 1972.
- KADE, Gerhard. Introduction: The economics of pollution and the interdisciplinary approach to environmental planning. **International Social Science Journal**. Paris, v. 22, n. 4, pp. 563-575, 1970. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000002551>>. Acesso em 30 de janeiro de 2026.
- LIM, William S. W. Towards a planned urban environment. **International Social Science Journal**. Paris, v. 22, n. 4, pp. 672-680, 1970. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000002551>>. Acesso em 30 de janeiro de 2026.
- PRÓSPERO, Victor. **Arquitetura paulista e ditadura militar (1964-1985)**. Tese (Doutorado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.
- ROCHA, Paulo Mendes. **Entrevista**. São Paulo, 14 de julho de 2004. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/07.026/3302>>. Acesso em 12 de dezembro de 2024.
- UNESCO. **International Social Science Journal**. Paris, v. 22, n. 4, 1970. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000002551>>. Acesso em 30 de janeiro de 2026.
- UNESCO. **Man and his environment: an overview of Unesco's involvement**. Paris: Unesco, 1979. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000046856>>. Acesso em 30 de janeiro de 2026.
- WHITELEGG, Isobel. How to Talk About Biennials That Don't Exist: Reassembling the Twelfth São Paulo Biennial (1973). **Tate Papers**, n.34, 2022.
- WISNIK, Guilherme T. Entrevista. In: CAPELO, Anne M. A.; COSTA, Eduardo A. (org.). **Biblioteca da FAU-USP: políticas, memórias e ideias**. No prelo.